

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)**

Atena
Editora
Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Maristela Carneiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-944-8

DOI 10.22533/at.ed.448210104

1. Ciências sociais. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne capítulos que versam sobre os trânsitos da teoria à prática. Para tanto, há que se pensar em uma teoria e uma prática que estejam além do discurso descompromissado do cotidiano, afinal pensar a respeito de algo e agir sobre não são movimentos indiscutivelmente divorciados e irreconciliáveis. É evidente que entre as elaborações teóricas desenvolvidas no ambiente acadêmico e a implementação de políticas públicas robustas que efetivamente afetam positivamente as vidas das pessoas, há um longo caminho.

Dito isso, ao contrário do que sugere o senso comum, teoria e prática não são oponentes, mas apenas segmentos distintos do mesmo processo.

Sem compreender como uma sociedade se constituiu historicamente e quais são as estruturas que a governam, não é possível detectar possíveis problemas, elaborar alternativas ou proporcionar inovações. O Brasil, problema maior do qual emanam todos os dilemas menores investigados nestes textos, construiu-se ao longo de cinco séculos preservando fortes estruturas coloniais, classistas e racistas, algo que, enquanto visto como uma realidade cristalizada no passado por uma parcela privilegiada da população, ainda marca profundamente nossas negociações sociais, permanecendo muito viva nos combates cotidianos.

A presente coleção compreende trabalhos que abordam questões pertinentes ao direito e aos desdobramentos jurídicos, às políticas educacionais, às iniciativas de desenvolvimento econômico, à manutenção da saúde física e mental, à segurança pública e ao empreendedorismo. Todos estes temas, embora caracterizados por incontáveis especificidades no que diz respeito às metodologias adotadas e resultados esperados, são fundamentalmente elaborações emanadas da malha social, de tal maneira que todos devem ser contemplados por uma mirada global e complexa dos ambientes em que residimos e construímos nossas vidas coletivas.

O estudo das dinâmicas aqui expostas aponta para um desenvolvimento positivo, uma conexão mais visível e fortalecida entre o espaço acadêmico e o mundo fora dos muros das universidades ou da vida acadêmica. As pesquisas que compõem essa obra são sintomáticas de núcleos de pesquisa cujo olhar está voltado para as ruas, praças, postos de trabalho e núcleos populacionais que fazem parte de nossas vidas e demandam nossa atenção.

A vida humana, justamente por sua composição essencial e inevitavelmente social, existe em constante fluxo. Nossas existências, compulsoriamente coletivas (por mais que tentemos nos pensar autossuficientes) são caracterizadas pela mudança, e é através do estudo aprofundado e reflexivo dessas relações dinâmicas, como as investigações aqui reunidas, que podemos esperar constituir sociedades mais estáveis, inclusivas e justas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

(DES)COLONIALIDADE, DIÁLOGO INTERCULTURAL E ETNORECONHECIMENTO NOS MUSEUS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO E A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS

Maria Amelia Souza Reis

DOI 10.22533/at.ed.4482101041

CAPÍTULO 2..... 20

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Josemar da Silva Abrantes

Renata Silva Gomes

DOI 10.22533/at.ed.4482101042

CAPÍTULO 3..... 27

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Felipe Pereira de Melo

Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Urpia

Rejane Sartori

DOI 10.22533/at.ed.4482101043

CAPÍTULO 4..... 43

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ

Cristiano José Barreto

DOI 10.22533/at.ed.4482101044

CAPÍTULO 5..... 53

A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE (RE)SOCIALIZAÇÃO

Hillary Mariane Lapas Fujihara

Patricia Helena de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.4482101045

CAPÍTULO 6..... 68

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Alan Caldas

DOI 10.22533/at.ed.4482101046

CAPÍTULO 7..... 83

ANÁLISE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN, NOS ANOS DE 2012 A 2016 – RUBRICA SALÁRIO FAMÍLIA

Clara Larissa Pinto de Araújo

Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena

Erivan Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.4482101047

CAPÍTULO 8.....	88
ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LIDERANÇA E CAPACIDADE ABSORTIVA DO CONHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Daniela de Oliveira Massad	
Daniele Santos de Oliveira Archanjo de Souza	
Andreia Maria Pedro Salgado	
Édis Mafra Lapolli	
Fernando Augusto Silva Marins	
DOI 10.22533/at.ed.4482101048	
CAPÍTULO 9.....	100
CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS	
Tomas Matheus Giacomet de Oliveira	
Priscila dos Santos Schiavo	
Denis Dall'Asta	
Clóvis Fiirst	
DOI 10.22533/at.ed.4482101049	
CAPÍTULO 10.....	111
CERÂMICA VIVA	
Isabela Frade	
DOI 10.22533/at.ed.44821010410	
CAPÍTULO 11.....	124
COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR	
Samantha Frohlich	
Eliana Cunico	
Gabriela Christ	
DOI 10.22533/at.ed.44821010411	
CAPÍTULO 12.....	140
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?	
Ralph José Neves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44821010412	
CAPÍTULO 13.....	152
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL	
Allain Wilham Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44821010413	

CAPÍTULO 14	174
ELEMENTOS RELEVANTES NO PROCESSO DE COPRODUÇÃO NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado	
Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.44821010414	
CAPÍTULO 15	185
ENTIDADE ASSISTÊNCIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOÃO DA URTIGA	
Bruna Hariane da Costa	
Emanuel Zanandréa	
Valéria Fracaro	
Valquíria Scolari	
Willian Sbruzzi	
DOI 10.22533/at.ed.44821010415	
CAPÍTULO 16	204
ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS NACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2018	
Clara Alice Spies	
Lucimara Aparecida Zancheta	
Liliane Dalbello	
DOI 10.22533/at.ed.44821010416	
CAPÍTULO 17	226
GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ESCALA LOCAL FRAGILIDADES, ENTRAVES E POSSIBILIDADES DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	
Natália Aguiar Mol	
Sophia Guarnieri	
Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França	
Jordan de Oliveira Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.44821010417	
CAPÍTULO 18	243
GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTOS EM COACHING COM FERRAMENTAS COMPORTAMENTAIS, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO	
Vera Ruth de Carvalho Fidalgo	
Rilvanda Maria Pires Santos	
Caroline das Graças dos Santos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.44821010418	
CAPÍTULO 19	275
IDENTIFICAR A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	
Luiz Laertes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.44821010419	

CAPÍTULO 20	297
INCLUSÃO DIGITAL EM JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS: ANÁLISE POÉTICA DO JOGO SOLITAIREQUIZ	
José Roberto Cordeiro Luciane Maria Fadel	
DOI 10.22533/at.ed.44821010420	
CAPÍTULO 21	309
INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATIVIDADE INTEGRADORA DO PLANEJAMENTO A PRÁTICA	
Fábio Teixeira Lima Felipe Lopes de Lima Gernei Goes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44821010421	
CAPÍTULO 22	320
MU (SEU): ESPAÇO DE CONEXÃO COM O PÚBLICO	
Aline Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.44821010422	
CAPÍTULO 23	332
NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO HUMANISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA	
Adriana do Carmo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.44821010423	
CAPÍTULO 24	346
O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017	
Pricila Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44821010424	
CAPÍTULO 25	359
OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM UM PLANO DE AULA SEGUNDO O MÉTODO DA NEOAPRENDIZAGEM	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado Graziela Grando Bresolin Patricia de Sá Freire Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.44821010425	
CAPÍTULO 26	373
RACISMO, MACHISMO, SEXISMO NA PUBLICIDADE: UM DILEMA ENTRE A CRIATIVIDADE E O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO	
Marina Aparecida Espinosa Negri	
DOI 10.22533/at.ed.44821010426	

CAPÍTULO 27.....	388
TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA	
Amanda Silva Abrão	
Glória de Freitas Rocha Ribeiro	
Leôncio Campos Gouveia	
Mariana de Pádua Alves	
Marcos Roberto Alves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.44821010427	
CAPÍTULO 28.....	405
BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA	
Rafael Angelo Santos Leite	
Marina Bezerra da Silva	
Iracema Machado de Aragão	
Maria Emilia Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.44821010428	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	418
ÍNDICE REMISSIVO.....	419

COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

Data de aceite: 22/03/2021

Samantha Frohlich

Eliana Cunico

Gabriela Christ

RESUMO: Este artigo tem por objetivo identificar maneiras de organizar informações de pesquisa básica geradas por universidades e institutos de pesquisas, a fim de disponibilizá-las às empresas, para que estas possam dar andamento à pesquisa aplicada e por consequência, gerar uma maior probabilidade do desenvolvimento de inovações em produtos, processos e serviços ao mercado. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que utiliza-se da metodologia de pesquisa bibliográfica e exploratória para estruturar e apresentar as informações obtidas. Como principais resultados, sugere-se o início de uma base de dados que possa atender às necessidades e expectativas, de empresas e universidades, respectivamente. A projeção de um canal direto de comunicação para a cooperação tecnológica, como forma de incentivar e fomentar a inovação, é o desafio que determina a continuidade da pesquisa.

PALAVRAS - CHAVE: Pesquisa Básica; Pesquisa Aplicada; Cooperação; Inovação;

ABSTRACT: This article aims to identify ways to organize basic research information generated by universities and research institutes, in order

to make them available to companies, so that they can move forward with applied research and consequently generate a greater likelihood of developing innovations in products, processes and services by market. This is a qualitative survey, which uses the methodology of bibliographic and exploratory research to structure and present the information obtained. As main results, we suggest the beginning of a database that can meet the needs and expectations, of companies and universities respectively. The projection of a direct channel of communication for technological cooperation, as a means of encouraging and fostering innovation, is the challenge that determines the continuity of research.

KEYWORDS: Basic Research. Applied Research. Cooperation. Innovation.

1 | INTRODUÇÃO

A Cooperação Tecnológica é um fenômeno indubitavelmente capaz de estimular e desenvolver a geração de inovações, sejam elas radicais ou incrementais. De fato, uma invenção só se torna inovação no momento em que ela chegar ao mercado, confirmando seu potencial econômico e gerando desenvolvimento (QUANDT, 2012).

A OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, por meio da publicação do Manual de Oslo, entende que a exigência mínima para mudança nos produtos ou processos de uma empresa seja considerada como inovação, consiste no

reconhecimento da novidade, ou pelo menos, de uma mudança significativamente que a torne melhorada para o mercado (OCDE, 2005). As mudanças podem ser geradas de forma radical ou mesmo com ajustes incrementais.

Diante de tais circunstâncias, percebe-se uma possibilidade de obtenção de bons resultados em inovação, valendo-se dos princípios da inovação aberta (CHESBROUGH, 2003), com o intuito de integrar a cooperação tecnológica à outras metodologias de Pesquisa e Desenvolvimento, resumida como P&D. Percebe-se em vários estudos (CUNICO, 2013; NOVELI E SEGATTO, 2012; BENEDETTI E TORKOMIAN, 2010) a notória falta de cooperação tecnológica no cenário brasileiro, caracterizando o país como pouco inovador em pesquisas como a Pesquisa de Inovação Tecnológica - PINTEC divulgada a cada triênio pelo IBGE.

Busca-se, portanto, alternativas à condução do processo inovativo, as quais possam gerar resultados efetivos tanto à comunidade acadêmica, como também as empresas, especialmente ao setor industrial, capazes de satisfazer as necessidades de pesquisas aplicadas. Este trabalho propõe como questão de pesquisa a seguinte reflexão: *“De que forma possível organizar e disponibilizar os resultados científicos provenientes da pesquisa básica, de modo a gerar informações para empresas que necessitam desenvolver pesquisas aplicadas para inovar?”*

Como formas de responder ao problema de pesquisa proposto, coloca-se como objetivo do estudo, conhecer possíveis maneiras de organizar informações de pesquisa básica geradas por universidades e institutos de pesquisas, a fim de disponibilizá-las às empresas para que estas possam dar andamento à pesquisa aplicada e por conseqüência, gerar uma maior probabilidade do desenvolvimento de inovações em produtos, processos e serviços ao mercado. Esse fenômeno caracterizado como cooperação tecnológica, trata de alternativas ao P&D no setor privado, com o intuito de reduzir principalmente os elevados desembolsos financeiros.

Justifica-se a relevância do desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente elaborada de forma exploratória e descritiva, com o intuito de conhecer, sobremaneira, alternativas utilizadas por outros países, capazes de gerenciar o Sistema Nacional de Inovação – SNI, voltando-se para resultados efetivos, na interação entre Universidade e Empresa – U&E, cooperando para o desenvolvimento de soluções tecnológicas, em diferentes segmentos de negócio. Além disso, tem-se como propósito sugerir iniciativas que possam contribuir para o aprimoramento e desenvolvimento do processo.

Após esta introdução, a seção 2 apresenta o referencial teórico, o qual destaca especificamente a Cooperação Tecnológica e a influência na geração de inovações, seguido pelos procedimentos metodológicos que explicam a condução da pesquisa. A seguir são apresentados os principais resultados, sendo estes discutidos à luz da literatura. Na seção 3 são apresentadas as considerações finais, limitações e sugestões para continuidade de pesquisas sobre o tema proposto.

2 | DESENVOLVIMENTO

2.1 Cooperação Tecnológica e a geração de benefícios à indústria nacional

Em um trabalho de revisão da literatura sobre as origens do SNI, os autores Fagerberg, Mowery e Verspagen (2009) e Fagerberg e Sapprasert (2011) atribuem um novo ramo da literatura em inovação, chamado de “sistemas nacionais de inovação” (SNI), conceito este desenvolvido principalmente por Christopher Freeman (1987), Bengt-Åke Lundvall (1988) e Richard Nelson (1993), reconhecidos como precursores.

Fagerberg e Sapprasert (2011) após a conclusão de um estudo bibliométrico realizados na base de dados *Web of Science*, afirmam que a atenção por parte dos estudiosos nesse novo foco para estudos de inovação é recente. O interesse acadêmico em estudar SNI's vem aumentando gradualmente, isto é, até 1990 o foco principal na literatura era inovação ao nível da empresa e/ou indústria. Embora as empresas e indústrias continuem sendo importantes, para Fagerberg e Sapprasert (2011), no início de 1990 surgiu, na temática da inovação, a ênfase nas interdependências entre os atores, organizações e instituições que influenciam a inovação, bem como a interação com as políticas públicas.

Freeman (1995) defende que o Sistema de Inovação deve focar o papel das interações de aprendizado, da geração de conhecimento nas empresas, das fontes de financiamento envolvidas no sistema, na infraestrutura científica e tecnológica, além do contexto legal e macroeconômico. Para o autor, é reconhecido que a interdependência dos investimentos tangíveis e intangíveis forma um elo que molda o sistema a partir da geração de conhecimento, das descobertas e invenções que melhoram centenas de processos econômicos, sociais e industriais.

Freeman (1997) ainda destaca que o Sistema de Inovação é o conjunto de relações exercidas por diversos atores que formam um conjunto de instituições contribuindo assim para os Estados e, conseqüentemente, interferem de forma positiva no desenvolvimento socioeconômico. O autor complementa argumentando ainda que as instituições nacionais tem poder de afetar as taxas de mudança técnica.

Lundvall (2010) corrobora com tal definição, uma vez que aponta novas formas de organização empresarial, constituições de redes e as universidades como capazes de desempenhar a promoção do aprendizado para o aprimoramento humano. Nesse sentido, as relações de colaboração que revelam a existência de um SNI ativo e eficiente são formadas não apenas por empresas com relação produtiva direta, mas também centros de pesquisa e universidades e, em particular, das instituições públicas.

Neste cenário em que se apresenta o mundo contemporâneo, a informação e o conhecimento passaram a representar o insumo básico de grande parte das atividades econômicas. Além de fatores como qualidade, produtividade, custos, preços, busca-se, em especial, inovações tecnológicas. O processo de inovação vem se tornando um dos principais indicadores para determinar a competitividade das organizações, seus resultados

se encontram vinculados à capacidade de acompanhar as mudanças e o desenvolvimento do mercado, bem como a criação e ocupação de novos mercados (FROIS; PARREIRAS, 2004).

Nessa conjuntura, torna-se relevante mencionar a inovação como um fenômeno que para Hitt et al. (2002) são cruciais para as organizações – empresas, indústrias – pois elas são responsáveis por diferenciar os produtos e serviços dos concorrentes, criando um novo valor ou ainda um valor adicional para os clientes. Paiva et al., (2004), colabora com a discussão propondo que a inovação é um processo de mudança que como qualquer outra atividade organizacional pode ser gerenciada com o propósito de trazer vantagens competitivas à organização que assim o fizer.

Em outras palavras, a inovação é o resultado econômico-financeiro da introdução de uma tecnologia no âmbito de uma organização, objetivando seu crescimento. Uma empresa é considerada inovadora quando oferta bens e serviços que não existiam anteriormente, fazendo uso de um novo método organizacional que auxilia na produção de um novo produto, não existente no mercado até então (PELEGRIN; ANTUNES JÚNIOR, 2013).

Nessa ótica, as universidades são atores importantes na geração de conhecimento científico e na construção de inovações - já que a competitividade é dependente destes dois fatores. Oliveira e Velho (2009) sustentam que a aproximação entre empresa/indústria e a universidade por meio da comercialização da pesquisa acadêmica, produz novas demandas e orientações para a pesquisa que se desenha dentro dos departamentos acadêmicos. Schiller (2008) corrobora afirmando que a empresa ao assumir um papel de colaboradora no segmento tecnológico é produtora de novas estratégias.

No Brasil existe dificuldade na construção de um ambiente tecnológico. Deve-se considerar a perspectiva histórica e os desafios que são encontrados em vários fatores, como por exemplo, a industrialização e a pesquisa tardia. Se comparado às outras potências, ainda somos um sistema de inovação imaturo, pelo fato da maior parte da tecnologia inserida no Brasil ser importada e pela pesquisa ainda ser baseada em um modelo de aprendizado (IEIS et al., 2013).

Nos níveis de desenvolvimento tem se percebido uma melhor compreensão para capacitação tecnológica ao longo da história (IEIS et al., 2013). Entre o aprendizado e o conhecimento dos atores do Sistema de Inovação é de melhor compreensão no âmbito nacional quando as características institucionais e de infraestrutura são iguais ou parecidas (NEUBERGER; MARIN, 2013).

Outro motivo pelo qual o Brasil ainda depende das tecnologias estrangeiras é a falta de internalização do conceito de inovação. Mesmo o país sendo capaz em tamanho como em quantidade de instituições de pesquisa e infraestrutura (IEIS et al., 2013), vai ser necessário ainda muito investimento para formar uma estrutura tecnológica de inovação forte e consolidada. Deve-se investir na formação de novos pesquisadores para assim se consolidar uma base de desenvolvimento em ciência pública e aplicada (OLIVEIRA et al.,

2015).

O processo de inovação é complexo e sistêmico destacando a importância entre diversos agentes como: empresa, sistema educacional, organizações de ciência e governo, em que se tem como fonte de crescimento e aumento de produtividade.

Diversos estudos sobre a interação Universidade-Empresa (IU-E) e Institutos Públicos de Pesquisa-Empresa (IPPs-E) no Brasil apontam que existe uma aproximação entre esses atores, mesmo estes ainda apresentando baixa intensidade em seus relacionamentos e produtividade (OLIVEIRA et al., 2015). Com análise dos dados das empresas, ainda falta uma articulação entre os atores institucionais, principalmente entre o setor público e privado, em que são necessários esforços ainda maiores para a consolidação do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro.

Para as organizações, um dos principais benefícios oriundos da cooperação entre universidade e empresa é a ampliação da capacidade em desenvolver tecnologia com menor investimento, em menor espaço de tempo e com menores riscos. Para Geisler (2001), uma expectativa presente nas empresas é a de efetuar o pagamento do investimento relativo à P&D (*payoff*) com resultados imediatos – dentro de um ano - e não de longo prazo.

Plonski (1994) define a cooperação Universidade-Empresa (U-E) como “modelo de arranjo interinstitucional entre organizações que têm natureza fundamentalmente distinta”. Tal arranjo pode ter finalidades variadas: desde interações tênues, como no oferecimento de estágios profissionalizantes, até vínculos extensos e intensos, como nos grandes programas de pesquisa cooperativa, bem como formatos bastante diversos.

Em complemento ao conceito de cooperação U-E destacado os reflexos da natureza distinta definido por Plonski (1994), Sutz (2000) afirmam que não apenas o contato direto entre os dois hemisférios – acadêmico e empreendedor – que aumentou, mas este relacionamento está cada vez mais parecendo um diálogo entre parceiros iguais. Atualmente, as universidades são consideradas como instituições que se dedicam para o “bem nacional” da competitividade econômica. Assim, na dimensão que essa perspectiva vai sendo socialmente aceita, os limites entre academia e indústria se dissipam.

Interesses das universidades:	Interesses das empresas:
Busca por recursos extra governamentais no setor privado para aplicação das pesquisas.	Aumento no custo das pesquisas para desenvolvimento de novos produtos e serviços, frente a um mercado mais competitivo.
Interesse da universidade em retribuir a sociedade através do trabalho de pesquisa, pois esta seria responsável pela manutenção das universidades.	Necessidade de compartilhar o custo e o risco da pesquisa básica, utilizando recurso governamental.
	Aumento do número de inovações e menor intervalo de tempo entre obtenção de resultados e aplicação.
	Redução de recursos governamentais diretamente relacionados a empresas.

Quadro 1 - Interesses das Universidades X Interesses das Empresas

Fonte: adaptado de Webster e Etzkowitz (1991).

Dessa forma, a relação entre universidade e empresa estaria envolvida por um caráter fortemente econômico, já que ambas possuem interesses complementares. Etzkowitz, (1989) e, mais tarde Webster e Etzkowitz (1991), afirmaram que a universidade estaria vivendo uma “Segunda Revolução Acadêmica”, confirmando o estreitamento das relações com empresas. Percebe-se pelo Quadro 1 que os interesses das universidades podem ser obtidos a partir do estreitamento das relações de cooperação com empresas e os interesses das empresas podem ter seus ônus compartilhados com as universidades, gerando assim produtividade conjunta.

Percebe-se a falta de uma articulação entre os atores institucionais, principalmente entre o setor público e privado, em que são necessários esforços ainda maiores para a consolidação do Sistema Nacional de Inovação Brasileiro. Di Giorgio (2005) contextualiza que no Brasil e nos demais países em desenvolvimento, as atividades de pesquisa são quase exclusivas das universidades. As indústrias, por outro lado, carecem de equipes qualificadas e P&D. Neste aspecto necessita-se de parcerias público-privadas.

Para alcançar os novos objetivos de desenvolvimento sustentável, *stakeholders* terão que colaborar por meio de modelos de parcerias eficazes e inclusivas que são atraentes para todos, especialmente para as empresas que buscam criar tanto valor comercial quanto benefício social. Nesse sentido, as empresas são especialmente a favor de inovar para atender as necessidades da sociedade, ao passo de construir empresas lucrativas e vastas oportunidades de crescimento (DEVELOPMENT CO-OPERATION REPORT – OCDE, 2015). A cooperação entre os diversos *stakeholders* muitas vezes levam a avanços e inovações que aumentam consideravelmente o alcance e escala de programas de desenvolvimento, bem como a sustentabilidade dos ganhos, e ao mesmo tempo maximizam o impacto de recursos escassos.

O Livro Branco da Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2002), esclarece não só a importância e o papel central da empresa enquanto impulsora da inovação, mas também

o processo inovativo como o resultado de um conjunto de competências globais muito mais abrangentes, direcionadas para gerar, absorver e difundir o novo. Inovar, mais do que saber produzir, exige conhecimento para idealizar novas tecnologias e envolve atividades de P&D nas empresas, sejam elas independentes ou em cooperação com outros agentes. Outras formas, também se caracterizam pela importação e absorção de tecnologias, formação de pessoas qualificadas, bem como a existência de uma infraestrutura científica e tecnológica.

Assim, a colaboração fundamental dos institutos, das universidades e do Estado está na promoção do desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos de apoio à inovação e competitividade. A atualização das regulamentações técnicas e avaliação de conformidade caracterizam: “o apoio à homologação, certificação, metrologia e normalização; as pesquisas de novas tecnologias de gestão; o auxílio na proteção da propriedade intelectual e a disseminação efetiva da informação tecnológica” (CASTRO; JANNUZZI; MATTOS, 2007, p. 267).

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

A construção do trabalho pauta-se na busca por respostas ao problema de pesquisa central, enriquecido pelo propósito metodológico de aplicar técnicas que possam atender a objetivos. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória. Os estudos exploratórios são indicados quando não há preocupação com generalizações, mas com a ampliação da compreensão do fenômeno (SELLTIZ, 1974). O propósito básico é a busca de informações sobre o comportamento de casos específicos da pesquisa.

Inicialmente é pertinente que se conheça a atual forma de organização do Sistema SNI Brasileiro, bem como, que se realizem comparações com o SNI de outros países, capazes de inspirar o aprimoramento de nossas ações, conhecendo a forma com que as Universidades e Institutos de pesquisa disponibilizam seus resultados. Dessa forma, abre-se caminho para formular canais de distribuição e fomento destas informações, capazes de gerar benefícios múltiplos: (i) promover a interação da comunidade com a universidade por meio de pesquisa e extensão; (ii) fazer com que a universidade possa retornar benefícios adicionais à comunidade, sendo esta segunda responsável por custear sua existência;

Ademão do contexto histórico de subdesenvolvimento inovativo brasileiro, das dificuldades encontradas nas relações entre universidade e empresa e da falta de apoio governamental (SEGATTO; MENDES, 2006; FRITSCH; GRAF, 2011; MANZINI, 2012) percebe-se a necessidade de uma nova forma de condução das parcerias de cooperação, que visem prioritariamente às necessidades de pesquisa para geração de inovação.

Sobre o papel das parcerias, o Relatório sobre a Cooperação Para o Desenvolvimento (OCDE, 2015) afirma que estas têm o potencial de contribuir para um sistema de governança global e são cruciais para atingir objetivos de desenvolvimento sustentável. No entanto, o termo “parcerias” engloba uma série de abordagens, estruturas e efeitos que tornam

difícil - se não impossível - para falar deles como um todo homogêneo. Nesse sentido, a experiência demonstra que mais parcerias e iniciativas em cooperação internacional não se traduzem automaticamente em mais progresso ou em um progresso mais rápido.

Diante desse hiato entre iniciativas de cooperação e características locais, entende-se como necessário proceder com a identificação de possíveis conjuntos de ações que obtenham resultados efetivos. Metodologicamente, têm-se neste trabalho, como ponto de partida, utilizar como base, países que possuem bons resultados em inovação à partir da cooperação. Tais exemplos serão utilizados como meio para elaboração de uma proposta que vise desenvolver a consolidação de um SNI eficiente. A Figura 1 apresenta características típicas de países orientados à produção de inovação.

	Estados Unidos	Japão	Coréia do Sul	Finlândia
Metas Nacionais	Promover a Inovação e manter seu papel de liderança.	Fundamentada em ciência, tecnologia e inovação.	Ser o centro científico da Ásia Pacífico e Região, e ser dominante em alguns campos da ciência e tecnologia.	Reforçar significativamente o que já existe no SNI e implementar novas mudanças.
Sistema de Constituição	Negócios, governo, institutos de pesquisa e universidade.	As empresas são o eixo, e o governo se envolve nas pesquisas e cooperação.	Transformar o atual modelo de liderança do governo para liderança dos negócios.	Investimento em P&D das empresas como base.
Sistema de Inovação	Criar um ambiente inovativo, através de financiamento de ciência e da legislação da tecnologia.	Governo realiza investimento em um sistema de cooperação oficial de pesquisa visando inovação nos negócios e produtos.	A principal política trata do encorajamento de empresas para que estabeleçam uma revisão e avaliação do seu sistema de inovação.	Sistema estável de inovação, onde não há proximidade na ligação entre o meio político e as políticas de inovação.
Inovação Tecnológica	É um sistema perfeito para a inovação tecnológica, havendo um núcleo organizado de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico de pequenas e médias empresas.	O governo tem um importante papel na orientação e investe em P&D gerando capacidade de pesquisa e desenvolvimento.	A nação possui um plano de ciência e tecnologia, fortalecendo a pesquisa básica e desenvolvimento.	A meta é clara: inovação e investimento em processo de cooperação entre governo e empresas.

Figura 1 - Características típicas de um país orientado para a inovação

Fonte: Adaptado de Cunico (2013) com base em Wang (2009, p.18).

Relacionado ao tema de sistemas de inovação, a Alemanha também tem seu reconhecimento mundial. A inovação está presente em várias áreas como por exemplo a energia sustentável, a biotecnologia molecular, a engenharia de software experimental, etc. Para Breznitz (2014), a Alemanha se destaca em adaptar invenções para a indústria e espalhá-las para o setor empresarial.

Para justificar tal significado em escala global do sistema alemão, o autor menciona três fatores que são coordenados ativamente, criando um ciclo virtuoso entre eles: a) O país entende que a inovação deve resultar em ganhos de produtividade generalizado, em vez de concentrada no setor de alta tecnologia do momento; b) A Alemanha possui uma rede de instituições públicas que ajudam as empresas a se recombinar e melhorar ideias, ou seja, a inovação não termina com a invenção; c) A força de trabalho da Alemanha é treinada constantemente.

A Figura 1 resumidamente expôs características específicas de países como Estados Unidos, Japão, Coréia do Sul e Finlândia, sobremaneira ressaltando a interação entre os três agentes: empresas, universidades e governo. A partir destes modelos, é possível constatar algumas similaridades que certamente determinam boa parte dos níveis de sucesso alcançados: (i) investimento privado em P&D; (ii) apoio governamental em fomento à inovação; (iii) plano de pesquisa para desenvolvimento conjunto de ciência, tecnologia e inovação;

Contudo, percebe-se que no Brasil, o conjunto histórico e o atual contexto econômico, não são propícios a investimentos, tanto do setor privado (i) como do público (ii), uma vez que as empresas e o Estado reduzem investimentos para conter desembolsos financeiros. E, a terceira alternativa (iii), esbarra na falta de organização e cooperação entre universidades, institutos de pesquisa e demais instituições de fomento para com o setor privado. Mesmo com tais dificuldades apontadas, entende-se que a proposta de um sistema conjunto de pesquisa, envolvendo universidades e empresas, pode ser a alternativa mais viável e detentora da possibilidade de gerar bons resultados, com menores custos.

3.2 Apresentação e Discussão dos resultados

A proposta deste artigo é apresentar resultados iniciais, partindo de uma pesquisa exploratória, sob a qual ainda se tem intenções de desenvolvimento futuro, com base em diferentes óticas. Entende-se inicialmente, que a dificuldade inicia na falta de conhecimento em informações que são restritas, tanto às universidades como às empresas.

A Figura 2 propõe um resumo de dados que necessitariam compor uma pesquisa inicial para localizar, de um lado, as universidades, com a descrição de seus assuntos, temas e títulos de pesquisa. Tais dados devem ser apresentados juntamente com a descrição metodológica de como a pesquisa se desenvolve, aliados aos principais resultados, quando estes existirem. O contato do responsável pela pesquisa é de suma importância, uma vez que maiores detalhes deverão ser buscados junto aos pesquisadores.

Em contrapartida, a empresa lançaria mão de informações contendo suas necessidades empíricas, de modo que antes de iniciar uma pesquisa aplicada em determinado assunto / tema, os pesquisadores, professores e acadêmicos, poderiam consultar assuntos que são de interesse privado e que podem gerar resultados aplicados, promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico.

AÇÕES DE FOMENTO		
Universidade	Base de Dados	Empresa
		ASSUNTO / TEMA
DADOS DA UNIVERSIDADE		NECESSIDADES / PROBLEMAS/ DIFICULDADES
	ÁREA	
ASSUNTO / TEMA/ TÍTULO		
METODOLOGIA	TEMA	
	TÍTULO DA PESQUISA	
RESULTADOS	UNIVERSIDADE	
CONTATO DO RESPONSÁVEL UNIVERSIDADE		CONTATO DO RESPONSÁVEL EMPRESA

Figura 2 – Dados Intercambiáveis

Fonte: Desenvolvido Pelos Autores (2015).

Como forma de complementar as informações que seriam exibidas em uma pesquisa inicial, entende-se como primordial o consentimento de informações mais detalhadas, uma vez que caso alguma empresa se interesse em obter resultados de pesquisas em andamento ou concluídas, esta sentirá necessidade de conhecer os objetivos, a metodologia e mais informações sobre resultados atingidos ou almejados.

Póvoa (2010) questiona se a universidade eticamente deve patentear suas invenções. Nesta visão os contribuintes estariam pagando para a geração destes conhecimentos, e financiando-os novamente na aquisição de licenciamentos. Entretanto, há argumentos de que estas invenções têm maior possibilidade de chegar ao mercado se forem patenteadas. Segundo a lei do Bayh-Dole Act de 2004, os direitos de propriedade intelectual das universidades, licenciados de forma exclusiva, serviriam de estímulos para empresas realizarem investimentos em pesquisas subsequentes para gerar uma inovação.

Do mesmo modo, sugere-se na Figura 3, que as empresas também preencham um formulário contendo dados que possibilitem explicitar suas necessidades empíricas, as quais podem ser, por exemplo, solução de problemas, desenvolvimento de novas ideias, aprimoramento de tecnologias ou mesmo sugestões para ganhos de produtividade.

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DE PESQUISA	
OBJETIVO: Por que a pesquisa está sendo realizada?	
METODOLOGIA: Como está sendo realizada a pesquisa?	
RESULTADOS PARCIAIS / FINAIS: O que se obteve de relevante até o momento?	
<input type="checkbox"/> EM ANDAMENTO	<input type="checkbox"/> CONCLUÍDO

Figura 3 - Formulário De Apresentação De Resultados De Pesquisa

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2015).

Além disso, indica-se a possibilidade de a empresa ofertar alguma recompensa, seja ela financeira ou não financeira, como forma de despertar maior interesse por pesquisas direcionadas ao seu interesse. Nada impede de que a empresa publique links, associados ao seu website, e que neste constem maiores informações à respeito de seus programas de cooperação.

O aprimoramento deste intercâmbio de informações será um processo natural e decorrente das diversas necessidades que certamente surgirão com a utilização da ferramenta. Outro aspecto a ser considerando são as necessidades regionais e o apoio de órgãos de fomento, tanto acadêmicos como empresariais, no tocante a desenvolver e incentivar a utilização do portal de cooperação, como um meio que utiliza-se da tecnologia da informação e comunicação, em detrimento à manuais, cartilhas, base de dados, indexadores e outras formas antes utilizadas que até o momento não resultaram em benefícios satisfatórios.

A Figura 4, demonstra um Formulário de Solicitação de Pesquisa, o qual poderia ser uma forma de “recrutamento” de pesquisadores e grupos de pesquisa que demonstrem interesse para pesquisar sobre determinado assunto.

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE PESQUISA	
DESCREVA O RAMO/SEGMENTO DE ATUAÇÃO DA EMPRESA	
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA/NECESSIDADE: O que a empresa necessita?	
<input type="checkbox"/> HÁ RECOMPENSAS ADICIONAIS?	<input type="checkbox"/> NÃO HÁ RECOMPENSAS ADICIONAIS
QUAIS?	
CONTATO:	

Figura 4 – Formulário de Solicitação de Pesquisa

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2015).

Entende-se que aspectos de propriedade intelectual deverão ser respeitados e considerados, inclusive juridicamente. Um bom exemplo de sucesso é a INOVA, agência de inovação da Universidade de Campinas (UNICAMP), maior licenciadora do país que surpreendeu não só pelo ineditismo das ações, mas também pelos resultados alcançados¹. Os direitos de propriedade Intelectual (PI) são instrumentos de negócio que visam à comercialização do conhecimento. Primeiramente são estabelecidos para garantir reserva de mercado de um produto em qualquer lugar do mundo. Em segundo lugar, para atrair capital e garantia de retorno ao investimento. E também para evitar que outros se aproximem do invento.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema de pesquisa inicialmente abordado, foi respondido, considerando que houve possibilidade de verificar, por meio da presente pesquisa, alternativas ao desenvolvimento de inovações por meio da cooperação tecnológica entre diferentes agentes. O objetivo aqui, foi investigar basicamente a relação entre dois destes agentes: empresas x universidades, embora a literatura apresente outras formas complementares de parcerias estratégias que apresentam êxito.

Diferentemente do que ocorre em outros países, o Brasil ainda necessita de maior desenvolvimento, estrutura e continuidade de programas que fomentem o desenvolvimento

de pesquisas. Entende-se como um dos papéis das universidades junto à sociedade, criar iniciativas e possibilidades que demonstrem ao empresariado brasileiro, quais vantagens podem ser geradas dentro deste contexto cooperativo.

Como sugestão para continuidade do tema pesquisado, elencam-se algumas possibilidades:

- Averiguar mais a fundo e com maior extensividade como o fenômeno da cooperação vem se desenvolvendo ao redor do mundo;
- Pesquisar novos casos que sejam exemplos de sucesso e as variáveis envolvidas no processo de negociação;
- Registrar o vínculo do fenômeno da cooperação com políticas de propriedade intelectual;
- Ampliar a utilização de meios de comunicação de fácil acesso, com vistas a troca de informações entre universidades e empresas;
- Fomentar elos de parceria duradouros, dotados de reconhecimento público de metas e objetivos alcançados conjuntamente, entre os atores da cooperação;

Como principais limitações entende-se que a pesquisa bibliográfica, de forma a explorar o conhecimento sobre um tema, é apenas um primeiro passo metodológico, devendo esta, ainda em fase qualitativa, ser mais desenvolvida. É possível complementar o desenvolvimento com pesquisas quantitativas, do tipo *surveys*, de modo a enriquecer o processo com dados abrangentes de universidades e empresas, podendo inclusive, iniciar em um projeto piloto, caracterizando a realidade do Estado do Paraná.

O processo de aprendizagem organizacional abre infinitas possibilidades de aprimoramento, sob a ótica de que o desenvolvimento econômico tem como uma de suas origens a inovação. Com a contemporânea visão de que o tempo e o capital financeiro são recursos restritos e muitas vezes mutuamente excludentes, é primordial a eficácia em operações que necessitam envolvê-los para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, M.H; TORKOMIAN, A. L. V. Cooperação Universidade-Empresa: uma relação direcionada à Inovação Aberta. **Anais de Eventos**: XXXIII Encontro da ANPAD – ENANPAD. São Paulo, 2009

BRASIL. **Livro branco da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. 80p.

BREZNITZ, Dan. **Why Germany Dominates the U.S. in Innovation**. Harvard Business Review: Innovation, 27 de maio, 2014. Disponível em: <<https://hbr.org/2014/05/why-germany-dominates-the-u-s-in-innovation/>>. Acesso em: 30 set. 2015.

CASTRO, Alexandre Camargo; JANNUZZI, Celeste Aída Sirotheau Corrêa; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Produção e disseminação de informação tecnológica: a atuação da Inova - Agência de Inovação da UNICAMP. **TransInformação**, Campinas, 19 (3): 265-277, set./dez., 2007.

CHESBROUGH, H. W. **Open Innovation: The New Imperative for Creating and Profiting from Technology**. Boston: Harvard Business School Press, 2003.

CUNICO, E. **Cooperação Tecnológica: um estudo das práticas de EcoInovação nas Indústrias Paranaenses Processadoras de Mandioca**. Dissertação (Mestrado em Administração). São Paulo: UNINOVE, 2013.

DI GIORGIO, R. C. **Propriedade Intelectual: fatores estratégicos na transferência de resultados para as empresas**. Microsoft Brasil: São Paulo, 2005.

ETZKOWITZ, H. Entrepreneurial science in the academy: a case of transformation of norms. **Social Problems**, v.36, n.1, p.14-29, 1989.

FAGERBERG, J; MOWERY, D. C; E VERSPAGEN, B. The evolution of Norway's national innovation system. **Science and Public Policy**, 36(6), July 2009, pages 431–444 DOI: 10.3152/030234209X460944 Disponível em: <http://www.ingentaconnect.com/content/oup/spp/2009/00000036/00000006/oken=0050112b7437a63736a6f3847654c3e663f5f533a4a6f644a467c79675d7c4e724770ec007ca8c83>. Acesso em: 18 mar. 2013.

FAGERBERG, J. SAPPRASERT, K. National innovation systems: the emergence of a new approach. **Science and Public Policy**, 38(9), November 2011, pages 669–679 DOI: 10.3152/030234211X13070021633369. Disponível em: <http://www.ingentaconnect.com/content/beechn/spp>. Acesso em: 21 abr. 2013.

FREEMAN, C. (1995). **The National Systems of Innovation in historical perspective**. Cambridge Journal of Economics 19, 5-24. Disponível em: <http://cje.oxfordjournals.org/content/19/1/5.full.pdf+html>. Acesso em: 07 set. 2015.

FREEMAN, C. **The economics of industrial innovation**. London: Penguin, Cap. 11, 1997.

FRITSCH, M. GRAF, H. How sub-national conditions affect regional innovation systems: The case of the two Germanys. **Papers in Regional Science**. Volume 90 Number 2 June 2011. Received: 18 July 2010 / Accepted: 9 March 2011. 2011 RSAI. Published by Blackwell Publishing, 9600 Garsington Road, Oxford OX4 2DQ, UK and 350 Main Street, Malden MA 02148, USA.

FROIS, E; PARREIRAS, F. S. **Análise do Processo de Inovação Tecnológica em uma Incubadora Universitária sob a Perspectiva do Modelo de Cambridge**. Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: www.fernando.parreiras.nom.br. Acesso em: 07 set. 2015.

GEISLER, E. Explaining the generation and performance of intersector technology cooperation: a survey of the literature. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 13, n. 2, p. 195-206, 2001.

HITT, M. A.; IRELAND, D. R.; HOSKISSON, R. B. **Administração Estratégica: competitividade e globalização**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

IEIS, F.; SILVA, C. L. da.; BASSI, N.S.S.; POIT, D.R. Sistema Nacional de Inovação: Relações de Cooperação para Inovar nas Empresas Privadas e Estatais Brasileiras. **Espacios**. Vol. 34 (7) 2013. Pág. 5.

LUNDVALL, A. Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado. Parcerias Estratégicas. **Anthem Press**. nr. 10, p. 200-218. Março, 2010.

MANZINI, S. T. The national system of innovation concept: An ontological review and critique. Research Article. Received: 09 Dec. 2011, Published: 06 Sept. 2012. **AOSIS Open Journals**. Disponível em: <http://www.sajs.co.za/sites/default/files/publications/pdf/1038-9432-4-PB.pdf>. Acesso em: Maio. 2013.

NEUBERGER, D.; MARIN, S.R.; A Problemática Do Sistema Nacional De Inovação Brasileiro. **Anais de Eventos**. 1º Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento. 2013. Disponível em: < http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/anais/wp-content/uploads/2013/08/1_A-PROBLEMA%3%81TICA-DO-SISTEMA-NACIONAL-DE-INOVA%3%87%C3%83O-BRASILEIRO.pdf>. Acesso em: 29 SET 2015.

NOVELI, M. SEGATTO, A. P. Processo de cooperação universidade-empresa para a inovação tecnológica em um parque tecnológico: evidências empíricas e proposição de um modelo. conceitual. **Revista de Administração e Inovação -RAI**, São Paulo, v. 9, n.1, p.81-105, jan.-mar/2012.

OCDE. **Manual de Oslo**. Paris, Eurostat, 3ª edição, 2005. Traduzido pela FINEP.

OCDE (2015), Development Co-operation Report 2015: Making Partnerships Effective Coalitions for Action, **OECD Publishing**, Paris. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/dcr-2015-en>> Acesso em: 20 set. 2015.

OLIVEIRA, V.P.; CHIARINI, T.; RAPINI, M.S.; BITTENCOURT, P.F.; Análise Exploratória Da Produção De Conhecimento Na Região Sul Do Brasil E As Relações Universidade-Empresa. **Anais de Eventos**. XVIII Encontro de Economia da Região Sul, Porto Alegre 10 a 12 de Junho de 2015.

OLIVEIRA, R; VELHO, L. **Benefícios e riscos da proteção e comercialização da pesquisa acadêmica**: uma discussão necessária. Ensaio: aval. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 25-54, 2009.

PAIVA, E. L.; CARVALHO JR., J. M.; FENSTERSEIFER, J. E. **Estratégia de produção e operações**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

PELEGRIN, I.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. **Inovação: uma discussão conceitual a partir da perspectiva da cadeia de valor**. Documento, 2013.

PLONSKI, G. A.. **Cooperação empresa-universidade na Ibero-América**: estágio atual e perspectivas. Anais do Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, São Paulo, SP, Brasil, 1994.

PÓVOA, L.M.C. A universidade deve patentear suas invenções? **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro (RJ), 9 (2), p. 231-256, julho/dezembro. 2010.

QUANDT, C. O. Redes de cooperação e inovação localizada: estudo de caso de um arranjo produtivo local. **Revista de Administração e Inovação - RAI**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.141-166, jan./mar. 2012.

SELLTIZ, C. et. Alii. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**, São Paulo: Herder, 1974.

SCHILLER, M. C. O. S. Inovação, Redes, Espaço e desenvolvimento. **Epapers** 2008. 302p.

SEGATTO-MENDES, A. P. MENDES, N. Cooperação Tecnológica Universidade-Empresa para Eficiência Energética: um Estudo de Caso. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Edição Especial 2006: 53-75. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v10nspe/v10nspea04.pdf>>. Acesso em: Setembro. 2013.

SUTZ, J. (2000). The university-industry-government relations in Latin America. **Research Policy**, 29(2), 279-290.

WANG, Y. Research on Foreign Innovative Countries and Their Revelations. **Canadian Social Science**, Vol.5 No.1 February 2009. Received 18 January 2009; accepted 20 February 2009.

WEBSTER, A. & ETZKOWITZ, H. Academic-industry relations: the second academic revolution: a framework paper for the proposed Research Workshop on Academic-Industry Relations. **Science Policy Support Group**. (1991- Concept Paper. 4.)

¹ <http://www.saopaulo.sp.gov.br/sponoticias/lenoticia.php?id=53443&c=5&q=unicamp-realiza-o-maior-licenciamento-de-patentes>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise Econômico-financeira 83
Aprendizagem Organizacional 88, 89, 136, 361
Atividade Física 43, 44, 46, 47, 48, 51
Auditoria 83, 84, 86, 190

C

Capacidade Absortiva 7, 88, 89, 90, 91, 93, 95
Cerâmica 7, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 157
Compartilhamento 27, 29, 30, 31, 38, 39, 41, 42, 92, 116, 122, 177, 326, 334, 344, 360
Comunidade de Aprendizagem 111, 362
Conhecimento 6, 7, 9, 10, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 73, 74, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 113, 115, 116, 126, 127, 130, 132, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 160, 161, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 192, 201, 205, 206, 208, 210, 216, 219, 223, 235, 248, 265, 274, 276, 277, 278, 279, 292, 293, 295, 297, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 321, 323, 333, 335, 336, 338, 340, 342, 343, 344, 346, 349, 360, 361, 362, 363, 367, 368, 369, 371, 388, 390, 394, 405, 406, 407, 411, 414, 416, 418
Contabilidade Pública 83
Cooperação 7, 47, 93, 114, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 172, 180, 228, 229, 280, 361, 397, 398

D

Desastres Climáticos 7, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109
Desconsideração 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25
Desenvolvimento Econômico 5, 7, 25, 30, 124, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 239, 241, 280, 360
Desenvolvimento Social 75, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 194, 202, 348, 357
Direito empresarial 6, 20

E

Educação Intercultural 1, 13, 14
Ensino Prisional 53, 55
Estado 6, 8, 1, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 58, 61, 67, 75, 81, 103, 105, 110, 113, 114, 117, 120, 122, 130, 132, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149,

150, 151, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 183, 188, 189, 204, 206, 207, 208, 209, 222, 224, 230, 231, 235, 246, 247, 251, 252, 257, 263, 274, 316, 320, 326, 336, 348, 349, 351, 358, 371, 415

etnoReconhecimento 1, 2, 3, 17, 18

Extensão Acadêmica 111

G

Gestão 6, 8, 3, 5, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 40, 41, 88, 89, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 130, 138, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 174, 175, 177, 187, 188, 190, 191, 198, 199, 200, 201, 202, 219, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 281, 282, 295, 352, 357, 370, 388, 395, 397, 405, 416, 418

Gestão do conhecimento 6, 27, 29, 36, 40, 88, 174, 177

Guerreiro Ramos 6, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 80

I

Inovação 7, 27, 29, 36, 38, 39, 41, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 269, 359, 360, 361, 364, 371, 375

Inteligência 6, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 271, 272, 339, 340, 377

J

Justiça do trabalho 20, 21, 22, 24, 25

K

Karl Mannheim 68, 69, 70, 71, 81, 82

L

Liderança 7, 47, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 131, 156, 157, 165, 170, 171, 182, 280, 362

M

Municípios Paranaenses 7, 100, 102, 104

Museus 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 313, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 330, 331

P

Personalidade Jurídica 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Pesquisa Aplicada 124, 125, 133

Pesquisa Básica 124, 125, 131

Planificação 6, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 116

Policial Militar 43, 45, 47, 48, 49

Prática Estratégica 53, 59, 61, 67

Projeto de Arte 111

Projeto de Remição pela Leitura 53, 57, 58, 60, 63

Psicologia Militar 43, 46

R

Reforma Trabalhista 6, 20, 21, 24, 25

Resiliência Financeira 7, 100, 101, 102, 104, 105, 108

Revisão sistemática 7, 88, 92, 95

S

Saúde do Trabalho 43

Segurança Pública 5, 6, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49

Suicídio 43, 47, 49, 50, 51, 52

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Editora
Ano 2021

Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021